

O LUGAR E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES NO ALTO VALE DO JEQUITINHONHA

Marivaldo A. Carvalho⁽¹⁾, Andres F. R. Giraldo⁽²⁾, Rosana P. Cambraia⁽¹⁾

1. Pesquisador(a) da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde da UFVJM
2. Mestre em Saúde, Sociedade & Ambiente UFVJM

Resumo:

Este trabalho é uma reflexão teórica oriunda de pesquisas junto a comunidades rurais do Alto Vale Jequitinhonha (MG), especificamente na região de Itamarandiba (Comunidade Padre João Afonso). O processo de interferência ocasionado pelo monocultivo de eucalipto, ou da criação de parques de conservação, provocaram na população camponesa do alto vale Jequitinhonha uma reavaliação de seu próprio modo de vida e de suas práticas tradicionais. A reavaliação das práticas tradicionais, em cotejo com as práticas dos recém chegados, indica a validade do modo de vida que permitiu, durante gerações, a sua reprodução socioambiental.

Demonstrar que a racionalidade do modo de vida do agricultor familiar, assim como seu imaginário e seus valores sociais, resultam num processo de afirmação de sua identidade cultural e resistência aos modelos sócio-econômicos que ferem princípios éticos e culturais próprios das comunidades de agricultores/as familiares.

Autorização legal: Parecer n. 1.623.266 CEP/UFVJM. O projeto atende aos preceitos éticos para pesquisas envolvendo seres humanos preconizados na Resolução 466/12 CNS. Parecer aprovado em 05 de julho de 2016.

Palavras-chave: Trabalho rural; Vale do Jequitinhonha; Imaginário.

Apoio financeiro: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), APQ 02797-14/2014.

Introdução:

A forma de organização social do trabalho em comunidades rurais do Alto Vale Jequitinhonha (Minas Gerais), como na região de Itamarandiba (Comunidade Padre João Afonso), ainda é fundamentada na família e

também no trabalho coletivo com outras famílias. Esta forma de trabalho é acoplada a outras formas de conseguir “renda”, principalmente os trabalhos temporários no estado de São Paulo (corte de cana, plantio e colheita de café e laranjas, entre outras atividades). Esse trabalho fora da comunidade, não é pensado como um elemento desestruturante do modo de vida, mas uma necessidade para a manutenção da mesma.

Porem a força de trabalho familiar, no cotidiano da comunidade, ainda se faz presente; o trabalho coletivo (mutirão) ficou esporádico, este, quando acontece, envolve a comunidade em seu todo. Já a troca de dias (outra modalidade de organização de trabalho no mundo rural) representa um combinado entre uma ou mais famílias. A relação estabelecida na categoria de “trabalho trocado” se caracteriza pelo fato de não terem relação direta com o dinheiro, enquanto forma de pagamento. O ‘pagamento’, se assim podemos dizer, se dá pela troca do trabalho.

Esta forma de organização do trabalho solidificou uma lógica de ocupação do solo, forma de plantio, colheita, a “limpa” das plantações, etc., que permeou a organização da família e as alianças de parentesco, constituídas pelos casamentos. Esta forma de organização social do trabalho possibilitou ao grupo a formulação de uma moral coletiva, noção de pertencimento sócio-cultural, pois esta forma de organização social permitiu ao grupo certa “autonomia” socioeconômica e cultural em relação à sociedade envolvente, apesar dos laços de dependência como um corolário da ordem social estabelecida.

O objetivo deste trabalho é apresentar os aspectos do imaginário social na organização social do trabalho e justifica-se mediante a dialética que se estabelece entre o imaginário e o lugar de trabalho.

Metodologia:

Primeiramente realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre o Vale do Jequitinhonha e região, utilizando trabalhos

como de Souza e Henriques (2010). Procuramos levantar dissertações, teses e artigos em periódicos especializados (particularmente de geografia, história e antropologia); e referências à região em obras da literatura chamada “dos viajantes” do século XVIII e XIX, como Saint-Hilaire (2000). Além de dados bibliográficos produzidos localmente como livros de moradores, coletâneas de poesia, cartilhas produzidas por escolas ou moradores que versem sobre o local, que estejam disponibilizados em bibliotecas municipais e em escolas ou no acesso direto com autores.

Sobre a abordagem teórica partimos de uma concepção marxista do conceito de trabalho, embasada na obra de Godelier (1991), marxismo/estruturalismo econômico, e também na análise, apoiada nas reflexões de Lévi-Strauss (1979), sobre a capacidade simbólica das sociedades humanas em sua relação com a natureza. Aprimoramos - através de leituras teóricas - nosso embasamento científico no que diz respeito aos conceitos manipulados e ao enfoque dado à nossa análise.

Escolhemos, para a realização da pesquisa a Comunidade Padre João Afonso, localizada no município de Itamarandiba município da porção Alta do Vale do Jequitinhonha, em cujo existem grandes monocultivos de eucalipto e o Parque Estadual Serra Negra.

Como se trata de uma pesquisa com comunidades e de forma participante, um dos primeiros passos foi realizar viagens de apresentação da pesquisa a comunidade, e de reconhecimento/conhecimento do “universo empírico”. A partir da noção da pesquisa participante (BRANDÃO, 1981;1987) de cunho etnográfico que visa abarcar a comunidade como um todo, partindo da observação do modo de vida das famílias vivendo em comunidade e com seu ambiente. Os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa (comunidade) em seu processo de interação foram os construtores da pesquisa e de seus resultados, ou seja, a comunidade teve participação ativa na pesquisa, não foram tratados como “objetos” de pesquisa ou como simplesmente fonte de dados, mas sim como pessoas ativas no ato de pensar a si mesmas e sua comunidade. Alvejando dessa forma uma descrição densa como colocado por Geertz (1989), através da etnografia, buscando dessa forma descrever não só a superficialidade das expressões sociais no cotidiano da vida social da comunidade, mas indo além, no sentido de compreender essas

ações superficiais da vida social e o significado velado que as mesmas ocultam. Além de entrevistas com moradores mais antigos, visando levantar histórias de vida, coleta de lendas e dados sobre a percepção do lugar onde moram; procurou-se analisar, através dos dados levantados, os mecanismos culturais que as comunidades utilizam para mediar suas relações com a chegada do “novo”: os monocultivos de eucalipto, assim como com as instalações de unidades de conservação. A análise das entrevistas foi realizada na tentativa de compreender as representações sociais da comunidade, tendo como foco a história de vida dos moradores mais antigos do lugar, e a pesquisa etnográfica, que foram os dois modos de coleta das informações empíricas necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto foram organizadas as falas obtidas nas entrevistas, e os dados etnográficos de maneira que sejam depoimentos chaves para a interpretação e cumprimento dos objetivos do trabalho. Recorremos a uma análise comparativa das representações sociais oriundas dos dois grupos sociais aqui focados (moradores tradicionais; e o “novo” que veio de fora, ou seja, as empresas e os parques de conservação), em relação a natureza e as formas de organização do trabalho.

Compreendemos as “representações sociais” como “categorias” essencialmente coletivas, como construtos sociais representativos de comunidades, povos, sociedades. Sendo obra do coletivo e não do indivíduo, apesar dos indivíduos as expressarem através de ações e pensamentos. Essas representações podem ser comunicadas a outras comunidades (DURKHEIM, 1989).

Resultados e Discussão:

A compreensão do trabalho, enquanto mediação da comunidade com a natureza, cria um processo de valorização moral do mesmo, esta moral também se expressava nas práticas de ajuda mútua alicerçadas nas trocas de trabalho, que observamos nessa comunidade, que os alimentos são ‘presenteados’ entre os moradores. Essas trocas, como diria Mauss, indica um

[...] vai e vem como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual que compreendesse coisas e homens, entre clãs e os indivíduos, repartidos entre as funções, os sexos e gerações. (MAUSS, 2003, p. 203)

A questão da troca realizada entre o agricultor e a terra no momento em que cultivam permite uma percepção do tempo/espaço camponês:

[...] a troca restaura simbolicamente um tempo mitificado e procura trazer para dentro desse tempo os “tempos modernos”, o “tempo de transformação”, expressão local de uma “grande transformação” que aqueles protagonistas tentam domesticar. A troca entre os homens é a continuidade das trocas com a natureza, pois é a troca de alimentos (que resultam da troca com a terra) e de trabalho (que constrói a terra e produz alimentos). O espaço camponês é, portanto, um espaço moral. (WOORTMANN, 1990, p.36)

Quando nos referimos ao uso tradicional da terra por parte do lavrador/camponês, devemos perceber que o mesmo, através do seu trabalho, constitui os espaços sociais e os estritamente “naturais”, apesar de haver uma relação constante, mediada pelo social, entre a comunidade e a natureza envolvente, pois o processo de trabalho se assessora em elementos naturais como a chuva, o sol e as nascentes. A comunidade interpreta, através da vegetação nativa, a qualidade da terra e para que tipo de plantio serve. Por exemplo, a presença de angicos e aroeiras juntos indica terra boa, segundo a percepção empírica camponesa.

Essa inter-relação entre a construção dos espaços sociais e a sua relação com os espaços naturais mediados pelo trabalho, perpassa uma lógica pautada na oposição binária expressa na idéia do seco/úmido, quente/frio, terra fraca/terra forte, lua boa/lua ruim, escuro/claro, e assim por diante.

A inter-relação (citada acima) demonstra a compreensão baseada numa lógica originada por uma experiência empírica de vários anos, passada de família para família e que pauta o trabalho do lavrador/camponês com a terra. E também nos leva a compreender com maior profundidade as práticas de plantio da comunidade, evitando, assim, de cairmos num reducionismo alicerçado num jogo de comparações entre as técnicas modernas de agricultura voltada exclusivamente para a produção de mercado, em detrimento de uma prática agrícola familiar voltada para o consumo próprio e vendas de excedentes, o que, inevitavelmente, nos levaria a uma leitura preconceituosa dessa prática de cultivo. Assim, a primeira vista, o trabalho desenvolvido pelo lavrador/camponês poderia ser visto como uma prática primitiva,

arcaica ou, na melhor das opções, simples, e teria como característica a ausência de técnicas contemporâneas (maquinário, aditivo químico, etc.). Antes de ser uma técnica que apresenta ausência de maquinários, a técnica do trabalho agrícola do lavrador/camponês é antes de tudo uma técnica complexa que envolve conhecimento empírico, prático e conhecimentos teóricos estruturados por um imaginário social que envolve sua visão de mundo, Levi-Strauss (1979) denomina ciência do concreto.

Esta visão de mundo coloca a necessária mediação do trabalho humano como uma expressão religiosa do mundo, da vida como um todo. Deste modo o trabalho do lavrador/camponês na roça não envolve apenas a esfera econômica ou alimentar da comunidade, envolve a sociabilidade do grupo como um todo, tocando nas esferas do religioso, das práticas culturais e costumes como na estrutura familiar, que é a base da divisão social do trabalho.

Assim o trabalho na terra de cultivo envolve: a estrutura familiar; a moral camponesa/identidade étnica; o conhecimento empírico da terra e dos recursos naturais; o conhecimento religioso que auxilia no plantio como as orações contra as pragas, simpatias para a lavoura crescer, orações para chover, etc.; a concepção social da terra de cultivo e do território necessário para a constituição social da vida do grupo/comunidade; as expressões culturais, como danças, festas, ritos religiosos que ocorrem antes, durante e depois do trabalho coletivo ou familiar. Esse conjunto de elementos demonstra a interrelação entre a materialidade (natureza) sua parte imaginária (representação social) para a organização do modo de vida do lavrador/camponês no Alto Vale do Jequitinhonha.

São antes de tudo as diversas maneiras como os homens imaginam suas relações entre eles e com aquilo que chamamos de natureza que distinguem as sociedades, assim como as épocas durante as quais algumas delas continuam a existir. Mas o imaginário não pode se transformar em social, fabricar “sociedade”, existindo apenas ‘idealmente’. Precisa materializar-se em relações concretas que tomam forma de conteúdo nas instituições e, claro, nos símbolos que as representam e fazem com que correspondam entre si, que se comuniquem. ‘Materializando-se’ em relações sociais, o imaginário torna-se parte da realidade social. (GODELIER, 2001, p. 46)

Conclusões:

A relação da comunidade com o ambiente natural reflete um saber estruturado empiricamente que se associa com uma visão religiosa do mundo, forjando assim uma lógica própria de uso. Agricultores familiares percebem que o trabalho que desenvolvem é uma troca com a natureza, principalmente com a terra, além disso, indicam, indiretamente, que suas práticas de plantios “alimentam a terra” e que recebem de volta o alimento, mediado pela ação de seu trabalho.

Esta compreensão do trabalho, enquanto mediação da comunidade com a natureza, cria um processo de valorização moral do mesmo, justificando o modo de vida e sua relação com o ambiente natural.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Método comparativo, família e parentesco: Algumas discussões e perspectivas. Revista Antropológicas, ano 9, v. 16, n. 1, p. 87-108, 2005.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. RJ, Vozes 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante, SP, Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante, 1987.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. SP, Edições Paulinas, 1989.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GODELIER, Maurice. O marxismo e as ciências do homem. In: HOBBSAWM Eric J. (org). História do marxismo. O Marxismo hoje primeira parte. Vol 11. RJ, Paz e Terra, 1991.

GODELIER, Maurice. O enigma do DOM. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Pensamento selvagem. Campinas, SP, Papirus, 1979.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte. Editora Itatiaia Ltda: 2000.

SOUZA, João Valdir Alves de & HENRIQUES, Marcio Simeone (orgs). Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG PRÓEX, 2010.